

EDITAL DE INTIMAÇÃO

(ARTIGO 52, §1º, LEI 11.101/2005 – LRF)

JUÍZO RESPONSÁVEL: 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO.

Nº DO PROCESSO: 0025280-51.2023.8.17.2480

REQUERENTE: GRUPO MAMUTE: MAMUTE BURGUER LTDA, CNPJ nº 28.538.584/0001-72; M.B FOODS LTDA, CNPJ nº 36.448.319/0001-21 e M MAMUTE BURGUER B LTDA, CNPJ nº 40.238.361/0001-95

ADVOGADOS DA RECUPERANDA: DANIELLY CRISTINE DE ARAÚJO - OAB/PE 51.069

ADMINISTRADOR JUDICIAL: BEZERRA DE MENDONÇA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA , REPRESENTADO POR FERNANDO VICTOR BEZERRA DE MENDONÇA, OAB/PE 39.719

Sr. Advogado, **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, Seção da 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras, Avenida Jose Florencio Filho, S/N, Maurício de Nassau, Caruaru/PE, CEP: 55014837, telefone: (81) 3725-7400. Processo nº **0025280-51.2023.8.17.2480**. Autor: **GRUPO MAMUTE: MAMUTE BURGUER LTDA, inscrito no CNPJ nº 28.538.584/0001-72; M.B FOODS LTDA, inscrito no CNPJ nº 36.448.319/0001-21 e M MAMUTE BURGUER B LTDA, inscrito no CNPJ nº 40.238.361/0001-95**, todas com administração na a Rua Alferes Jorge, 454, Indianópolis, Caruaru-PE, CEP: 55024-130 (**ARTIGO 52, §1º, LEI 11.101/2005 – LRF**). O Exmo. Sr. Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque, Juiz de Direito desta unidade judiciária, em virtude da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem, dele notícia tiverem e a quem interessar possa, que neste Juízo tramitam os autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL, processo tombado sob o n. 0025280-51.2023.8.17.2480, requerida pelo **GRUPO MAMUTE BURGER (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**. O presente edital é composto pelos seguintes elementos:

1) DO RESUMO DOS PEDIDOS CONSTANTES NA PETICAO INICIAL (Art. 52, § 1o, I, LRF): A petição inicial, ao ID nº 155885938 expôs os seguintes pedidos: "1. A concessão da TUTELA DE URGÊNCIA, para que seja concedida a SUSPENSÃO de todas as ações ou execuções contra as requerentes, na forma do Art. 6o da Lei de Falências,

permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1o, 2o 3 7o do Art. 6o desta lei e as relativas a créditos executados na forma dos §§ 3o e 4o do Art. 49 da Lei de Falências, nos termos do Art. 52, III da Lei de Falências. Requer ainda a SUSPENSÃO de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das requerentes, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência, nos termos do Art. 6o, inc. III da Lei de Falências; 2. Que seja deferido o processamento do presente pedido de recuperação judicial, com a nomeação de administrados judicial e tomada de todas as ulteriores providências previstas no art. 52 da Lei de Falências; 3. Seja nomeado administrados judicial devidamente habilitado para que assuma os encargos previstos na regra do Art. 22 da Lei no 11.101/2005; 4. Seja determinada a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observando o disposto no § 3o do Art. 195 da Constituição Federal e no Art. 69 da Lei de Falências, nos termos do Art. 52, inc. II da Lei de Falências; 5. A autorização para que os devedores venham apresentar as contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a presente recuperação judicial, nos termos do Art. 52, inc. IV da Lei de Falências; 6. A intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal, Estado e Município, afim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante o devedor, para divulgação aos demais interessados, nos termos do Art. 52, inc. V da Lei de Falências; 7. A expedição de competente edital a ser publicado no diário de justiça, contendo todas as informações previstas no § 1o do Art. 52 da lei que regula a Recuperação Judicial;

2) DECISÃO DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ID 140547905 (Art. 52, § 1º, I, LRF): “Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, Avenida Jose Florencio Filho, S/N, Maurício de Nassau, Caruaru/PE, CEP: 55014837, telefone: (81) 3725-7400. Processo nº 0025280-51.2023.8.17.2480. REQUERENTE: GRUPO MAMUTE: MAMUTE BURGUER LTDA; M.B FOODS LTDA, e M MAMUTE BURGUER B LTDA. DECISÃO (com força de mandado/ofício), Cuida-se de ação de recuperação judicial de empresa proposta por MAMUTE BURGUER LTDA, MB FOODS LTDA e MAMUTE BURGUER B LTDA, denominadas "GRUPO MAMUTE". Aduz, em síntese, que são sociedade empresária, constituídas sob a forma de sociedades limitadas, cuja principal atividade é "lanchonetes, casas de chás, sucos e similares". Contudo, em razão de fatores exógenos passaram a enfrentar crise econômica, acentuada pela Pandemia Mundial de Covid19, em 2020, e estado de Calamidade Pública decretado pelo Decreto Legislativo nº 6/2020, impactando severamente o fluxo de caixa da empresa, o que inviabilizou o pagamento de mão de obra, tributos e fornecedores. Sustenta que existe capacidade de soerguimento e de plena recuperação e, assim, pede seja deferido o processamento da presente ação nos moldes previstos em lei com a suspensão, pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por igual período, de todas as ações e execuções contra a requerente. Com a inicial documentos foram anexados. Decisão determinando a emenda em ID 156057576. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Destaco, a priori, que apesar de não ter sido realizada a emenda a inicial, constado que não houve exaurimento do prazo, já que intimada a parte autora aos 20.12.2023, houve a suspensão dos prazos em virtude do recesso forense e da previsão legal constante no art. 220, de modo que a contagem do prazo iniciou-se aos 22.01.2024, tão somente. Não obstante, para fins de celeridade e economia processual e, ainda, considerando a análise pendente

de pedido liminar, a fim de que não haja prejuízos para o autor, passo a DECIDIR. No que tange aos pressupostos para o pedido de recuperação judicial, nos termos do artigo 48 da Lei 11.101/2005, verifico que as empresas estão constituídas há mais de três anos (ID 155897247, 155897253) e não se apresentam impedimentos previstos nos incisos I, II, III e IV do mencionado artigo. Quanto ao objetivo primordial da recuperação judicial – superação da situação de crise econômico-financeira do devedor (artigo 47) – observo que a empresa, não obstante vertiginoso crescimento inicialmente apresentado, ostenta demonstrativos contábeis anexados a inicial que, numa análise perfunctória que me é dado fazer neste momento, referendam a situação de crise financeira que enfrenta, eis que identificados problemas de fluxo de caixa e possível comprometimento de sua higidez financeira capaz de conduzi-la à crise, conforme faz prova certidão de ações trabalhistas em curso e de débitos fiscais. Vale lembrar que, conforme leciona Fábio Ulhôa Coelho: *“...a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessárias à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária”* (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª Edição.). Além disso, na sábia lição do professor Jorge Lobo, advogado especialista em aquisição, reestruturação e recuperação de empresas, ao perceber o estado de crise da empresa: *“Administradores prudentes, observando que podem sobreviver, por causas de diferentes espécies, primeiro o inadimplemento, segundo a iliquidez e, por fim, a insolvência da empresa, devem adotar as providências necessárias à propositura da ação de recuperação judicial, para que lhes seja permitido readaptar as atividades sociais e o giro dos negócios, por exemplo, quando (...) a sociedade empresária, embora em dia no pagamento de suas dívidas e com patrimônio líquido positivo, for levada à ação de recuperação se constatar com base no fluxo de caixa da sociedade, que ela se tornará ilíquida e, a curto ou médio prazo, insolvente”* (Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência/coordenadores Carlos Henrique Abraão e Paulo F. C. Salles de Toledo, 6ª Ed. São Paulo, Saraiva, ano 2016,). Entendo, assim, que a petição inicial aponta elementos mínimos de convicção de que a empresa atravessa situação de crise econômico-financeira e seja recomendável a recuperação judicial para a sua superação, cabendo à assembleia de credores, verdadeiros juízes da causa, referendar ou não se a empresa atravessa a alegada crise. Ademais, em que pese a ausência de apresentação de todos os documentos indispensáveis à propositura da demanda, na forma dos artigos 51 e 52, da Lei 11.101/2005, nada obsta que haja a análise do pedido de processamento da recuperação judicial e da liminar, a uma porque ainda não se exauriu o prazo de emenda, a duas porque os referidos documentos poderão ainda ser juntados, a três e principalmente porque nada obsta que em não havendo a juntada dos documentos haja o indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução do mérito e revogação desta decisão de imediato. Assim, estando o pedido em consonância com as informações e os documentos que acompanham a inicial, na forma dos artigos 51 e 52, da Lei 11.101/2005: a) Defiro o processamento da Recuperação Judicial, devendo a empresa acrescentar após seu nome empresarial a expressão “em recuperação judicial”, nos termos do artigo 69 da Lei 11.105/2006; b) Dispensar a apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; c) Determino a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, pelo prazo de 180 dias úteis, na forma do art. 6º da Lei 11.101/2005, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º e as relativas a créditos excetuados na forma

dos §§ 3º e 4º do art. 49, ambos da Lei 11.101/2005. d) Defiro ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores; e) Determino a intimação do Ministério Público e a comunicação, por meio eletrônico, à Fazenda Pública Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, bem como à junta comercial, para fins de anotação do pedido de recuperação; f) Determino a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que conterá as exigências do § 1º, do Art. 52, da Lei 11.101/2005; g) Determino a intimação da Requerente para que apresente em juízo o plano de recuperação, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convolação em falência; Designo como administradora judicial a empresa BEZERRA DE MENDONÇA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA., nomeando como responsável pela condução do processo o Dr. Fernando Victor Bezerra de Mendonça, inscrito na OAB/PE 39.719, com endereço para todas e quaisquer comunicações na Rua Alfredo Coutinho, nº 95, CXPST 138, Poço da Panela, Recife/PE, CEP: 52.061-130, telefone para contato (81) 98649.0741 e (81) 99188-8535, devendo assinar o termo de compromisso, sob pena de substituição. A administradora judicial deverá se dedicar à fiscalização das atividades da devedora, inclusive no que diz respeito ao período anterior à data do pedido, com vistas a apurar eventual conduta culposa ou dolosa dos sócios e administradores que possa ter contribuído para a crise. A apuração deve ser feita de modo a levantar, inclusive, todo o passivo extraconcursal da recuperanda, mediante análise de documentos por ela fornecidos. Deverá ainda apurar as movimentações financeiras e negócios entre as partes, fornecendo aos credores informações amplas e precisas sobre a situação da recuperanda. Os relatórios das atividades da recuperanda deverão ser apresentados nos autos para amplo conhecimento dos credores. Arbitro honorários correspondentes a 04 (quatro) salários-mínimos mensais, considerando as atribuições que lhe são cometidas e a capacidade de pagamento do devedor, nos termos do artigo 24 parágrafo 5º da Lei de 11.101/2006, que deverão ser depositados todo dia 05 de cada mês, o primeiro em 05.03.2024. Caruaru, data de assinatura eletrônica. Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota. Juíza de Direito”.

3) DA RELAÇÃO NOMINAL DE CREDITORES, (Art. 52, §1º II – LRF): A Requerente apresentou a este Administrador a seguinte lista de credores, dividida, por suas respectivas classes, a saber:

CLASSE I - TRABALHISTA (9 CREDITORES | R\$ 169.475,18): VANESSA SILVA DE FARIAS - 119.069.544-88: R\$ 5.075,62; MIRELLE DAYANE DA SILVA - 471.908.048-03: R\$ 4.007,31; SHEILA SANTOS DA SILVA - 086.230.854-26: R\$ 32.949,74; MARIA REGINA BARBOSA DE AGUIAR - 124.978.894-30: R\$ 21.429,31; RAFAELA GOMES DA SILVA – 101.964.404-40: R\$ 7.598,17; WILSON CARLOS DO MONTE - 445.405.468-13: R\$ 27.271,90; HELIO BEZERRA DA SILVA - 104.862.104-99: R\$ 8.127,27; IGOR FELIPE BEZERRA DA SILVA - 108.800.874-71: R\$ 17.845,29; SANDREANE RIBEIRO DOS SANTOS - 107.244.934-09: R\$ 45.170,57;

CLASSE II - GARANTIA REAL (1 CREDOR | R\$ 105.951,14): MOVA SOCIEDADE DE EMPRESTIMO ENTRE PESSOAS S/A - 33.959.738/0001-30: R\$ 105.951,14

CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS (7 CREDORES | R\$ 164.140,41): MANIHOT IGUARIAS - 41.232.638/0001-35: R\$ 13.889,81; R\$ 10.281,47; KARNE E KEIJO - 41.232.638/0001-35: R\$ 4.487,66; R\$ 10.980,34; BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - 46.395.687/0001-02: R\$ 2.157,05; R\$ 3.217,09; R\$ 982,74; FIDC BR FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS - 31.547.712/0001-59; R\$ 5.679,96; COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - 10.835.932/0001-08; R\$ 29.549,68; NORSA REFRIGERANTES LTDA - 07.196.033/0001-06; R\$ 9.778,08; R\$ 3.202,08; BANCO SANTANDER DO BRASIL - 90.400.888/0001-42: R\$ 15.118,24; R\$ 54.816,21.

CLASSE IV – ME/EPP (3 CREDORES | R\$ 65.928,65): COLORATA PACKING - 45.294.438/0001-68: R\$ 26.406,48; MC FRIGORÍFICO LTDA - 07.674.850/0001-14: R\$ 36.330,92; RAIS INDUSTRIA DE ALIMENTOS - 08.563.080/0001-03: R\$ 3.191,25.

4) DOS PRAZOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL (art. 52, §1º, III - LRF): 4.1) Nos termos do art. 7º, §1º, da Lei 11.101/2005, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do presente Edital no Diário Oficial, para protocolar suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados, **diretamente ao e-mail do Administrador Judicial nomeado, BEZERRA DE MENDONÇA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, qual seja: fernandovictor@bezerrademendonca.com.br, contendo o assunto: “RJ Grupo Mamute”, não havendo a necessidade de juntada de tais habilitações/divergências nos autos da Recuperação Judicial.** 4.2) Nos termos do art. 8º da LRF, no prazo de 10 (dez) dias, contado da publicação da relação referida no art. 7º, §2º - LRF, o Comitê, qualquer credor, o devedor ou seus sócios ou o Ministério Público podem apresentar ao juiz impugnação contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado. As impugnações devem ser distribuídas por dependência à Recuperação Judicial e autuadas em separado. 4.3) Consoante o art. 53 - LRF, o plano de recuperação judicial será apresentado pela devedora em Juízo, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência. 4.4) Nos termos do art. 55 - LRF, qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da relação de credores de que trata o §2º do art. 7º - LRF. Caso, na data da publicação da relação de que trata o §2º do art. 7º - LRF, não tenha sido publicado o aviso previsto no art. 53, parágrafo único - LRF, contar-se-á da publicação deste o prazo para as objeções. E para que produza seus efeitos de direito, bem como para que dele não se venha a alegar ignorância, será o presente Edital, afixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Comarca de Caruaru/PE, aos ____ de ____ de 2024. Eu, ____ (Chefe de Secretaria), digitei e subscrevi. Bel. LEANDRO SOUTO MAIOR MUNIZ DE ALBUQUERQUE.